

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS

entre

**COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS**

*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

com a interveniência garantia de

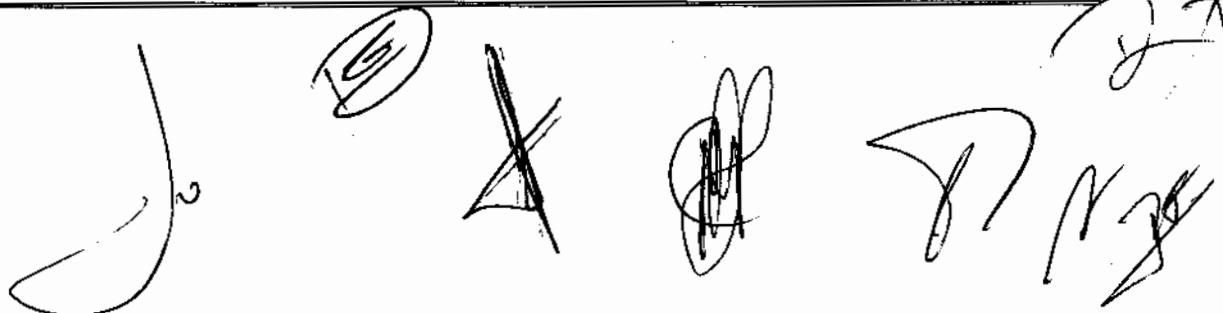
**SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**

**GRI GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.**

**KOLETA AMBIENTAL LTDA.**

*como Fiadoras*

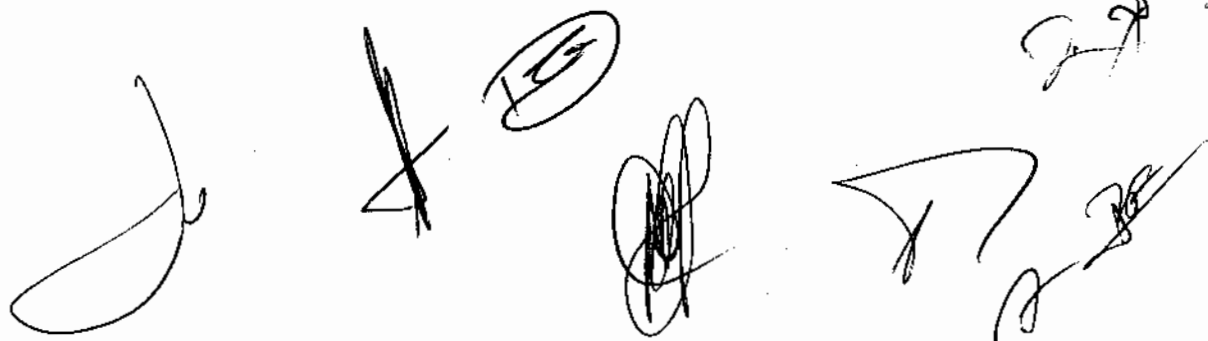
Datado de  
29 de maio de 2013



DUCEAP  
07 08 13

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO .....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS .....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	12
CLÁUSULA V AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO .....	20
CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO .....	24
CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....	30
CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO .....	35
CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	43
CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS .....	45
CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS .....	50

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. From left to right, there is a large, stylized signature, a signature with a vertical line through it, a circled signature, a signature with a large loop, and a signature with a large 'Y' shape. There are also some smaller initials and marks scattered around these main signatures.

DUCESP  
07 06 13

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 967, 10º andar, conjunto 102, parte C, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.726.922/0001-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) objeto da presente Emissão (conforme abaixo definido) ("Debenturistas da Primeira Série" e "Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto, "Debenturistas");

e, na qualidade de intervenientes garantidoras,

**SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 967, 10º andar, conjuntos 101 e 102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.886.838/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Solvi");

**GRI GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Wilson, nº 1.550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.869.232/0001-79, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("GRI"); e

**KOLETA AMBIENTAL LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pastor Martin Luther King Júnior, nº 8.745, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.517.241/0001-63, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Koleta" e, em conjunto com a Solví, a GRI e a Koleta, "Garantidoras"),

JUCESP  
07 06 13

sendo a Emissora, as Garantidoras e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Projetos Ambientais" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

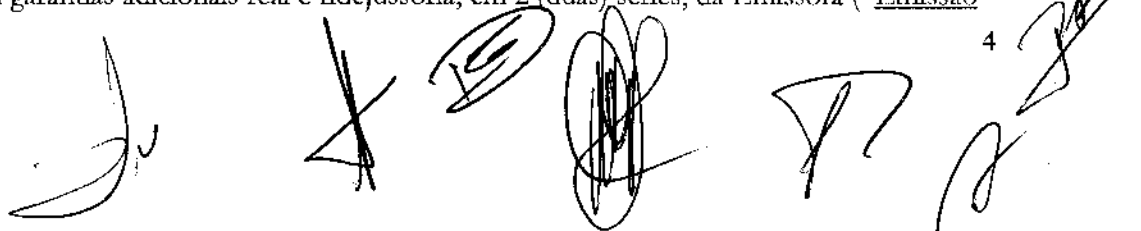
1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 28 de maio de 2013 ("AGE da Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; (b) aprovação da Cessão Fiduciária de Conta Vinculada (conforme abaixo definido); e (c) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Garantia Fidejussória (conforme abaixo definido) e a constituição da Alienação Fiduciária de Ações Detidas pela Solvi (conforme abaixo definido) foram aprovadas com base nas seguintes deliberações societárias ("Atos Societários das Garantidoras"):

- (a) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Solvi, realizada em 28 de maio de 2013, na qual foram deliberadas a aprovação da Garantia Fidejussória e da Alienação Fiduciária de Ações Detidas pela Solvi;
- (b) Reunião do Conselho de Administração da GRI, realizada em 28 de maio de 2013, na qual foi deliberada a aprovação da Garantia Fidejussória; e
- (c) Reunião do Conselho de Administração da Koleta, realizada em 28 de maio de 2013, na qual foi deliberada a aprovação da Garantia Fidejussória.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora ("Emissão")

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately seven distinct marks, including a large stylized 'J' or 'L' on the left, a cross-like mark, a circular stamp or signature, and several other scribbled-out or stylized marks on the right side. The page number '4' is visible near the bottom right.

DUCESP  
07 06 13

e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

## **2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor.

## **2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários**

2.2.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Junta Comercial") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOSP") e no jornal O Dia – SP, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. As atas dos Atos Societários das Garantidoras serão arquivadas na Junta Comercial.

## **2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial**

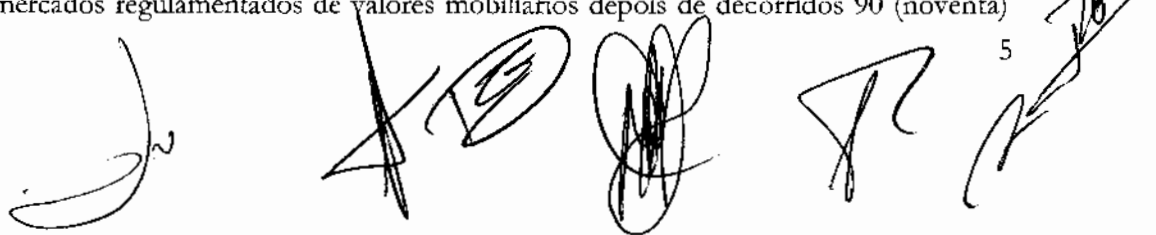
2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As vias originais desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na Junta Comercial deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento.

## **2.4. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa)



5

JUCESP  
07 06 13

dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## 2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude da Garantia Fidejussória a ser prestada pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 3.9 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartórios de RTD"), em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção do registro na Junta Comercial. No prazo até 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de RTD.

## 2.6. Registro das Garantias Reais

2.6.1. A Alienação Fiduciária de Ações Detidas pela Solvi descrita na Cláusula 3.8.1 desta Escritura será devidamente formalizada mediante o registro, às expensas da Emissora, do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido) nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo definido no Contrato de Alienação Fiduciária.

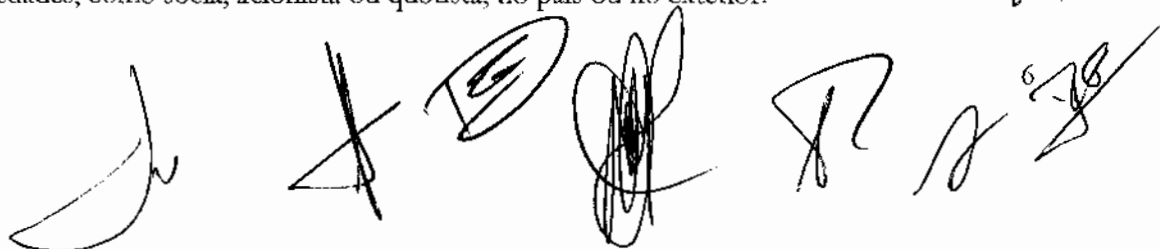
2.6.2. Observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, a Alienação Fiduciária de Novas Ações (conforme abaixo definido) será devidamente formalizada mediante o registro, às expensas da Emissora, do respectivo aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo definido no Contrato de Alienação Fiduciária.

2.6.3. A Cessão Fiduciária de Conta Vinculada descrita na Cláusula 3.8.4 abaixo será devidamente formalizada mediante o registro, às expensas da Emissora, do Contrato de Conta Vinculada (conforme abaixo definido) nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo definido no Contrato de Conta Vinculada.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende: a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a signature with a large 'X' through it, a signature that appears to be 'E' inside a circle, a signature that looks like 'R', and a signature that looks like 'R' with a star above it. There are also some other smaller marks and initials scattered around.

JUCESP  
07 06 13

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### 3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

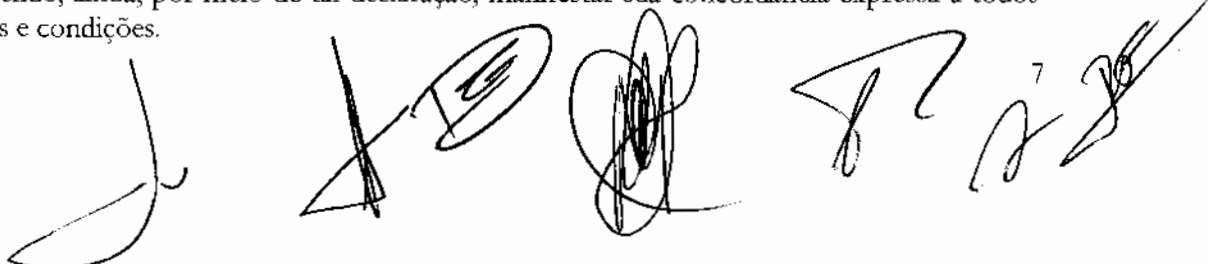
### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela colocação das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Duas Séries, da Primeira Emissão da Companhia de Projetos Ambientais" ("Contrato de Colocação").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures poderão acessar conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.



DUCEAP  
07 06 19

3.5.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Qualificado, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.5.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### **3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

### **3.7. Destinação dos Recursos**

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados à aquisição, diretamente pela Emissora ou por meio de outras sociedades de seu grupo econômico, de ações em quantidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) da totalidade das ações representativas do capital social da Essencis Soluções Ambientais S.A. ("Essencis" e "Aquisição das Ações", respectivamente).

### **3.8. Garantias Reais**

3.8.1. Como garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo encargos moratórios devidos pela Emissora e pelas Garantidoras nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos

 8



3.8.4. Como garantia das Obrigações Garantidas, é constituída, na presente data, cessão fiduciária de direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes da e/ou vinculados à Conta Vinculada (conforme abaixo definido) da Emissora, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Outras Avencas”, celebrado entre a

DUCE SP  
07 06 13

Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Cessão Fiduciária de Conta Vinculada" e "Contrato de Conta Vinculada", respectivamente).

3.8.4.1. A totalidade dos recursos obtidos com a presente Emissão será depositada na conta corrente nº 13203-4, agência 8541, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. ("Conta Vinculada"), sendo que tais recursos serão lá mantidos e oportunamente liberados observados os termos e condições estabelecidos no Contrato de Conta Vinculada.

3.8.4.2. A Cessão Fiduciária de Conta Vinculada será liberada e o respectivo Contrato de Conta Vinculada terminado nos termos previstos no referido Contrato de Conta Vinculada.

### 3.9. Garantia Fidejussória

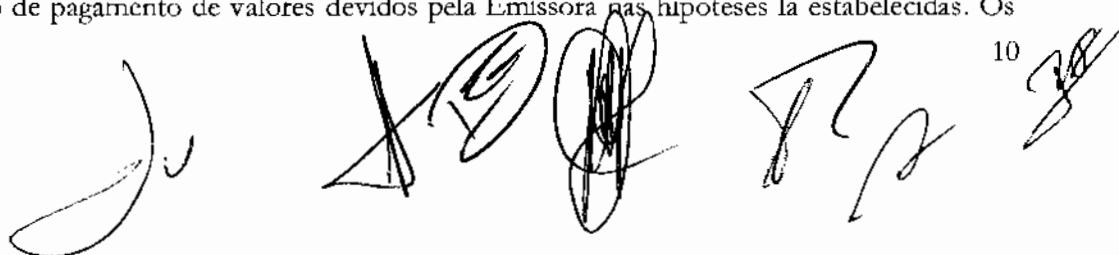
3.9.1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, as Garantidoras, em caráter solidário entre elas e com relação à Emissora, prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Garantia Fidejussória" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada, "Garantias"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedoras e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora em razão das Obrigações Garantidas, até o pleno e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

3.9.1.1. A Emissora desde já se obriga a fazer com que a Essencis preste, por meio de aditamento à presente Escritura, garantia fidejussória em favor dos Debenturistas em no máximo 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que for constituída e plenamente formalizada a Aquisição das Ações.

3.9.2. As Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidoras solidárias e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

3.9.2.1. As obrigações das Garantidoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.9.3. O pagamento de quaisquer valores devidos e ainda não pagos pela Emissora, relativos às Obrigações Garantidas, será realizado pelas Garantidoras no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, observado, inclusive, o disposto na Cláusula 6.6 desta Escritura com relação ao prazo de pagamento de valores devidos pela Emissora nas hipóteses lá estabelecidas. Os



JUCESP  
07 06 13

pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.9.3.1. O pagamento citado na Cláusula 3.9.3 acima deverá ser realizado pelas Garantidoras fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.9.4. As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.9.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Garantidoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.9.5. As Garantidoras subrogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Garantia Fidejussória objeto desta Cláusula 3.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada, observado o disposto na Cláusula 3.9.11 abaixo.

3.9.5.1. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, inclusive do Contrato de Alienação Fiduciária, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

3.9.6. A presente Garantia Fidejussória é prestada pelas Garantidoras em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.9.7. As Garantidoras desde já reconhecem que a Garantia Fidejussória é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.9.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.9.9. A presente Garantia Fidejussória poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

3.9.10. Cada uma das Garantidoras, desde já, concorda e se obriga a: (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das

JUCESP  
07 06 13

Debêntures, desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora ou qualquer das demais Garantidoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão; e (ii) desde que diante da existência de valores devidos aos Debenturistas, caso receba qualquer valor da Emissora e/ou de qualquer das demais Garantidoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos documentos da Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão, repassar, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 6 de junho de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

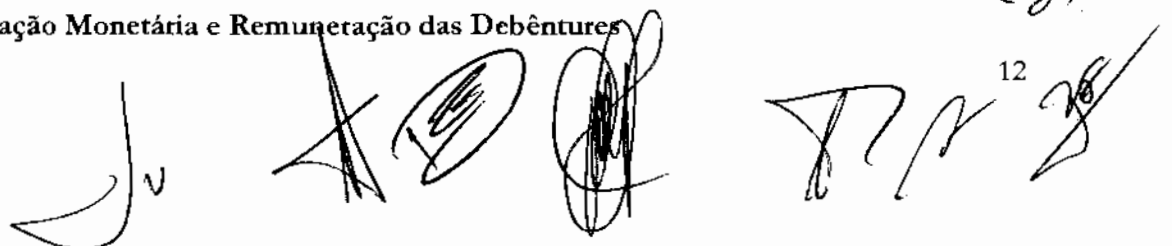
4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 6 de junho de 2020 ("Data de Vencimento").

4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade Total de Debêntures Emitidas e Quantidade de Debêntures Emitidas por Série:** Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo 300 (trezentas) Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 200 (duzentas) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série").

##### 4.2. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures



12

DUCESP  
07 06 13

#### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

#### 4.2.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

$J$  = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devido ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não amortizado de cada uma das Debêntures da Primeira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

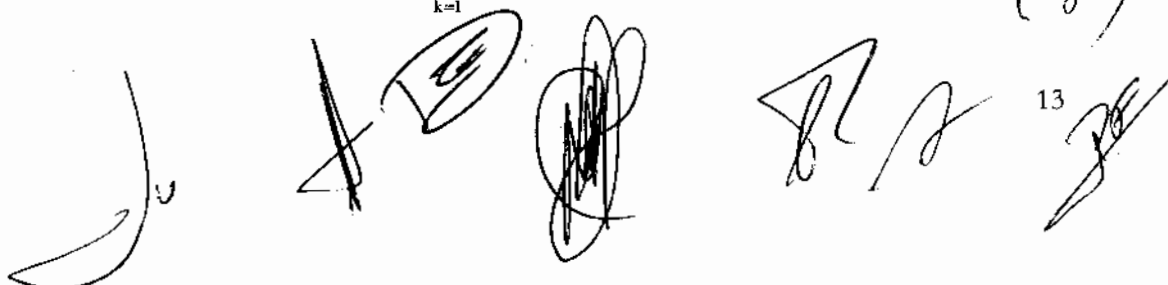
$$\text{Fator Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

 13

DUCE SP  
07 06 13

$n$  = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do Fator DI, sendo " $n$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, de ordem " $k$ ", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

$\text{spread} = 2,2800$

$n$  = número de Dias Úteis entre a data de emissão ou último pagamento, conforme o caso, e até data atual, sendo " $n$ " um número inteiro.

Observações:

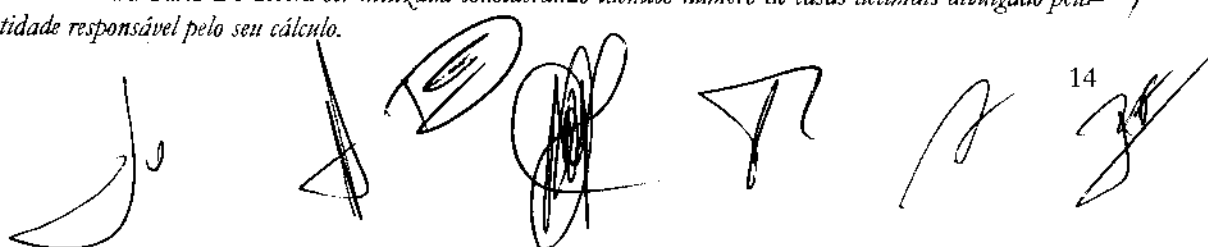
(a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.



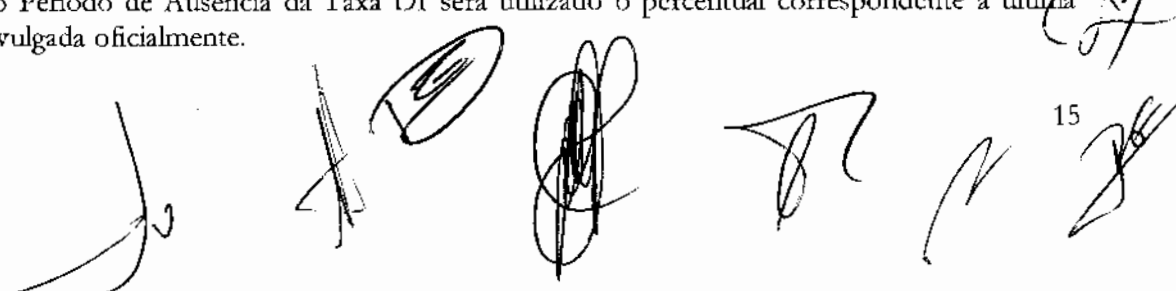
JUCESP  
07 06 13

4.2.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração do "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência de Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme disposto na Cláusula IX), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série"). Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá, sob pena de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.



15

JUCESP  
07 06 13

4.2.2.6. Para fins da presente Escritura: (i) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, com exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São Paulo (sendo que, quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos); e (ii) a expressão “Período de Capitalização” significa o período de capitalização da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, correspondente, para o primeiro Período de Capitalização, ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (exclusive), e correspondente, para os demais Períodos de Capitalização, ao intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente subsequente (exclusive), sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

4.2.2.7. Caso haja acordo entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou a referida Taxa Substitutiva das Debêntures da Primeira Série para refletir a nova Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

#### 4.2.3. Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série

4.2.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente.

#### 4.2.4. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

4.2.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), sendo que cada um desses intervalos de tempo sucede o anterior sem solução de continuidade (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Remuneração”). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à fórmula utilizada para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, constante da Cláusula 4.2.2.1 acima, bem como observará as disposições constantes das Cláusulas 4.2.2.2 a 4.2.2.7 acima, aplicando-se, portanto, tais itens, *mutatis mutandis*, à Remuneração das Debêntures da Segunda Série.

4.2.5. As Garantidoras expressamente concordam com o disposto nas Cláusulas 4.2.2.2 a 4.2.2.7 acima e declaram que o ali disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se as Garantias prestadas nos termos desta Escritura de Emissão válidas e em pleno vigor e efeito, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série. Adicionalmente, as



JUCESP  
07 06 13

Garantidoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

#### 4.3. Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, em 6 de junho e 6 de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 6 de dezembro de 2013, e o último pagamento devido na Data de Vencimento para as Debêntures de ambas as séries (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

#### 4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as séries será amortizado semestralmente, após prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 6 de junho de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Amortização	Data da Amortização das Debêntures	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado (%)
1ª	6 de junho de 2015	10,00%
2ª	6 de dezembro de 2015	10,00%
3ª	6 de junho de 2016	10,00%
4ª	6 de dezembro de 2016	10,00%
5ª	6 de junho de 2017	10,00%
6ª	6 de dezembro de 2017	10,00%
7ª	6 de junho de 2018	10,00%
8ª	6 de dezembro de 2018	10,00%
9ª	6 de junho de 2019	10,00%
10ª	6 de dezembro de 2019	10,00%
Total	6 de junho de 2020	100,00%

#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São, considerar-se-ão prorrogados os



JUCESP  
07 06 13

prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

#### 4.9. Prazo de Colocação, Forma e Preço de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA em até 2 (dois) Dias Úteis contados do início da distribuição das Debêntures. Caso as Debêntures não sejam totalmente colocadas ao longo deste prazo, o Coordenador Líder deverá exercer a garantia firme de colocação sobre o saldo das Debêntures que não foram efetivamente distribuídas.

4.9.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.9.3. Os montantes recebidos pelo Coordenador Líder em razão do pagamento, pelos Debenturistas, do Preço de Subscrição das Debêntures serão repassados à Emissora mediante transferência para a Conta Vinculada e servirão de garantia das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 3.8.4 acima, observadas as condições do Contrato de Conta Vinculada.

#### 4.10. Repactuação



18

JUCESP  
07 06 13

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão objeto de repactuação no 18º (décimo-oitavo) mês contado da Data de Emissão ("Repactuação").

4.10.1.1. A Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora deverá deliberar sobre as condições de Repactuação das Debêntures da Primeira Série, inclusive a data efetiva em que a Repactuação ocorrerá ("Data de Repactuação"), condições essas que deverão ser comunicadas aos Debenturistas da Primeira Série por meio de Aviso aos Debenturistas da Primeira Série, a ser publicado nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura, até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior à Data da Repactuação, informando os novos parâmetros da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série e da Amortização Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série. A não publicação do Aviso aos Debenturistas da Primeira Série de que trata esta Cláusula no prazo aqui previsto configurará um Evento de Inadimplemento Não Automático para os fins da Cláusula 6.1.2 desta Escritura.

4.10.1.2. Caso os Debenturistas da Primeira Série não concordem com as condições de Repactuação das Debêntures da Primeira Série, conforme fixadas pelos acionistas da Emissora reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, poderão, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação do aviso de que trata a Cláusula 4.10.1.1 acima, manifestar-se, por meio (i) da CETIP, para as Debêntures registradas no Cetip21, ou (ii) da Emissora, para os titulares de Debêntures da Primeira Série que não estejam vinculados ao sistema mencionado no item (i) acima, sobre sua opção de exercer o direito de vender parcial ou integralmente suas Debêntures da Primeira Série à Emissora ("Direito de Venda").

4.10.1.3. A Emissora se obriga a adquirir as Debêntures objeto do exercício do Direito de Venda, na Data da Repactuação. As Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da Primeira Série calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data da Repactuação, conforme previsto na presente Escritura.

4.10.1.4. Caso todos os Debenturistas da Primeira Série decidam por exercer seu Direito de Venda, a Emissora obriga-se a resgatar todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série em Circulação (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável), acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.10.2. Não haverá repactuação das Debêntures da Segunda Série.

#### 4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal O Dia - SP ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet ([www.solvi.com/cpa](http://www.solvi.com/cpa)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução

JUCESP  
07 06 13

CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.12. Liquidez e Estabilização

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

#### 4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### 4.15. Classificação de Risco

4.15.1. Não foi nem será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

### CLÁUSULA V AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO

#### 5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.



20

DUCE SP  
07 06 13

## 5.2. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar: (a) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"); ou (b) a amortização facultativa parcial, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Facultativa Parcial").

5.2.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com as tabelas abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total").

Para as Debêntures da Primeira Série:

<b>Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Taxa do Prêmio de Resgate</b>
Da Data de Emissão até o 18º mês (inclusive)	0,35%

Para as Debêntures da Segunda Série:

<b>Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Taxa do Prêmio de Resgate</b>
Da Data de Emissão até o 24º mês (inclusive)	0,75%
Do 25º mês até o 36º mês (inclusive)	0,65%
Do 37º mês até o 48º mês (inclusive)	0,55%
Do 49º mês até o 60º mês (inclusive)	0,45%
Do 61º mês até o 72º mês (inclusive)	0,35%
Do 73º mês até o 84º mês (inclusive)	0,35%

5.2.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e

JUCESP  
07 06 13

(c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.2.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.3. A Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Amortização Facultativa Parcial") com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Facultativa Parcial ("Data da Amortização Facultativa Parcial").

5.2.3.1. Caso a Emissora opte por realizar a Amortização Facultativa Parcial, esta deverá ocorrer sempre em valores iguais ou superiores a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerando-se o valor total amortizado das Debêntures a cada Amortização Facultativa Parcial.

5.2.3.2. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data da Amortização Facultativa Parcial; e (b) de prêmio de amortização, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) a ser amortizada acrescida da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor da Amortização Facultativa Parcial"):

Para as Debêntures da Primeira Série:

<b>Data da Amortização Facultativa Parcial (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Taxa do Prêmio de Amortização</b>
Da Data de Emissão até o 18º mês (inclusive)	0,35%

Para as Debêntures da Segunda Série:

<b>Data da Amortização Facultativa Parcial (mês contado a partir da Data de Emissão)</b>	<b>Taxa do Prêmio de Amortização</b>
Da Data de Emissão até o 24º mês (inclusive)	0,75%
Do 25º mês até o 36º mês (inclusive)	0,65%
Do 37º mês até o 48º mês (inclusive)	0,55%
Do 49º mês até o 60º mês (inclusive)	0,45%
Do 61º mês até o 72º mês (inclusive)	0,35%
Do 73º mês até o 84º mês (inclusive)	0,35%

5.2.3.3. Na Comunicação de Amortização Facultativa Parcial deverá constar: (a) a Data da Amortização Facultativa Parcial; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado nos

JUCESP  
07 06 13

termos desta Cláusula V, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Facultativa Parcial; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

5.2.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Facultativa Parcial de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Facultativa Parcial, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.4.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Facultativa Parcial das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Facultativa Parcial, conforme o caso, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

5.2.5. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Facultativa Parcial no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

### 5.3. Resgate Antecipado Obrigatório

5.3.1. A Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório") no caso de não utilização, no prazo de até 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, dos recursos obtidos com a emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 3.7 acima ("Evento de Resgate Antecipado Obrigatório").

5.3.2. Caso seja necessária a realização do Resgate Antecipado Obrigatório, este deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do Evento de Resgate Antecipado Obrigatório.

5.3.3. O Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerá mediante publicação, na data da ocorrência do Evento de Resgate Antecipado Obrigatório, de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório") ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório").

5.3.3.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório; c (b) de prêmio de resgate, correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) para as Debêntures da Primeira Série e 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para as Debêntures da Segunda Série, percentuais estes incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem "a" acima ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório").

5.3.3.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Obrigatório, observado o disposto na cláusula 5.3.3. acima; (b) o Valor do

DUCESP  
07 06 13

Resgate Antecipado Obrigatório; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

5.3.3.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente canceladas.

5.3.3.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório, por meio de envio de correspondência contendo o "de acordo" do Agente Fiduciário.

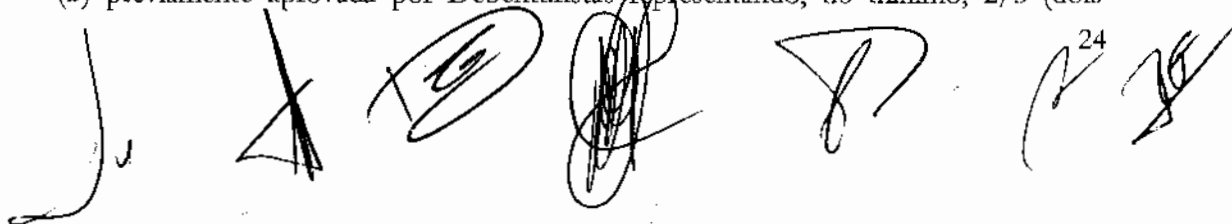
5.3.3.5. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Obrigatório no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1. Vencimento Antecipado Automático

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipada e automaticamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um "Evento de Inadimplemento Automático"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e pelas Garantidoras, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, exceto se (i) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, ou (ii) decorrente de Evento de Reorganização (conforme abaixo definido);
- (d) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, exceto se (w) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois



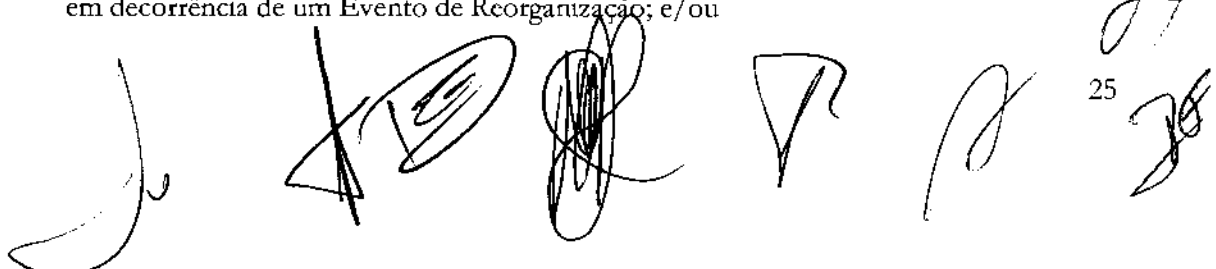
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'J' on the left, a signature in the center, and a signature on the right with the number '24' next to it.



DUCE SP  
07 06 13

terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; (x) envolvendo sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (y) envolvendo sociedades que não pertençam ao mesmo grupo econômico da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, desde que a Emissora permaneça sob controle direto ou indireto da Solví, que deverá deter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da Emissora, ou da sociedade que detenha o controle direto da Emissora, sendo certo que o controle da Emissora poderá ser exercido individualmente pela Solví ou em conjunto pela Solví e por outro(s) acionista(s) (*i.e.*, controle compartilhado); ou (z) envolvendo a incorporação (inclusive por meio de incorporação de ações) da Emissora pela Essencis, sendo que, para os fins desta Escritura e da Oferta Restrita, qualquer desses processos de reorganização societária, realizado em conjunto ou separadamente, será doravante definido como um “Evento de Reorganização”;

- (e) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Solví a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações;
- (f) redução de capital social da Emissora, após a data de liquidação da Emissão, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida bancária ou operação realizada no mercado de capitais, local e/ou internacional, da qual a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras sejam parte, mesmo que na qualidade de avalista ou garantidora, cujo valor individual ou agregado seja superior a: (i) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso de qualquer das Garantidoras; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (h) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, salvo no caso de sucessão das obrigações aqui assumidas pela Emissora em decorrência de um Evento de Reorganização; e/ou



25

DUCESP  
07 06 13

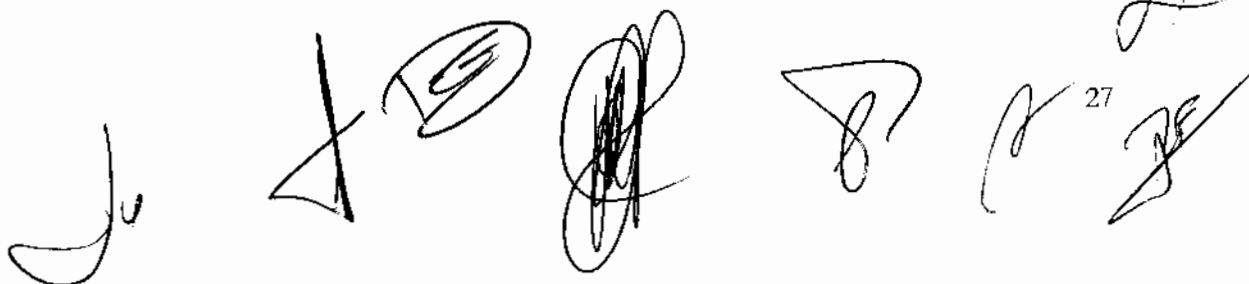
- (i) alteração do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, de forma direta ou indireta, salvo se (i) decorrente de um Evento de Reorganização; ou (ii) houver o prévio consentimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim.

6.1.2. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2 a 6.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.3 abaixo, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Não Automático” e, em conjunto com o “Evento de Inadimplemento Automático”, os “Eventos de Inadimplemento”):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e pelas Garantidoras, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (b) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a: (i) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso de qualquer das Garantidoras; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, por cujo pagamento a respectiva parte seja responsável, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora;
- (c) caso a Emissora ou qualquer das Garantidoras seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a: (i) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso de qualquer das Garantidoras; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, não cancelado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do conhecimento ou do recebimento de notificação pela Emissora ou pela respectiva Garantidora, conforme o caso;

JUCESP  
07 06 13

- (d) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete de forma material o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou as Garantidoras (conforme aplicável) comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (e) mudança ou alteração no objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras que modifique a atividade principal por ela praticada de forma relevante na Data de Emissão, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas, exceto se houver o prévio consentimento de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim;
- (f) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora e/ou de quaisquer das Garantidoras ou das ações do capital social da Emissora e/ou de quaisquer das Garantidoras;
- (g) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (h) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, de qualquer obrigação estabelecida no Contrato de Colocação, no Contrato de Alienação Fiduciária ou no Contrato de Conta Vinculada, conforme aplicável, e não sanado no respectivo prazo de cura;
- (i) inobservância da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido), em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (j) caso se provem falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (k) caso a Emissora não aliene fiduciariamente as ações de emissão da Essencis de sua titularidade no prazo e condições previstos na Cláusula 3.8.2 acima;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature with a circle around it, a signature with a large 'X' over it, a signature with a large 'X' over it, a signature with a large 'X' over it, and a signature with a large 'X' over it.

JUCESP  
07 06 13

- (l) caso a Essencis não preste garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, no prazo e condições previstos na Cláusula 3.9.1.1 acima;
- (m) descumprimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação pecuniária (que não as obrigações pecuniárias previstas no item (a) da Cláusula 6.1.1 e/ou no item (n) desta Cláusula 6.1.2) devida pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras, mesmo que na qualidade de avalista ou garantidora, cujo valor individual ou agregado seja superior a: (i) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso de qualquer das Garantidoras; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exceto se, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data do respectivo descumprimento, a Emissora e/ou as Garantidoras (conforme aplicável) comprovem a existência de provimento jurisdicional suspendendo o pagamento dos valores devidos ao(s) respectivo(s) credor(es), tão somente durante o prazo em que referido provimento jurisdicional permanecer vigente;
- (n) inadimplimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer dívida bancária ou operação realizada no mercado de capitais, local e/ou internacional, da qual a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras sejam parte, mesmo que na qualidade de avalista ou garantidora, cujo valor individual ou agregado seja superior a: (i) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso de qualquer das Garantidoras; devendo, em qualquer caso, tais valores serem reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (o) proferimento de qualquer decisão administrativa final, desde que não contestada judicialmente, ou decisão arbitral final ou, ainda, sentença judicial de natureza condenatória transitada em julgado, contra a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras para a qual não tenha sido feita provisão para pagamento até a Data de Emissão (ou, mesmo que tenha sido feito tal provisionamento, o respectivo valor não tenha sido pago), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a: (i) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso da Emissora; ou (ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no caso de qualquer das Garantidoras; devendo, em qualquer caso, tais valores ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (p) descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 7.1.21 abaixo, com relação a qual não será observado o prazo de cura previsto na alínea (a) desta Cláusula 6.1.2; e/ou
- (q) não manutenção, pela Solví, do índice financeiro relacionado a seguir, a ser apurado pela Solví e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das Demonstrações

DUCE SP  
07 06 13

Financeiras Consolidadas da Solvi ("Índice Financeiro"): quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a:

- (i) 4,0 vezes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014;
- (ii) 3,5 vezes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e
- (iii) 3,25 vezes, para os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2016, inclusive.

6.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos indicados na Cláusula 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previsto na Cláusula IX desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura.

6.5. Na hipótese de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.4 acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela

DUCE SP  
07 06 13

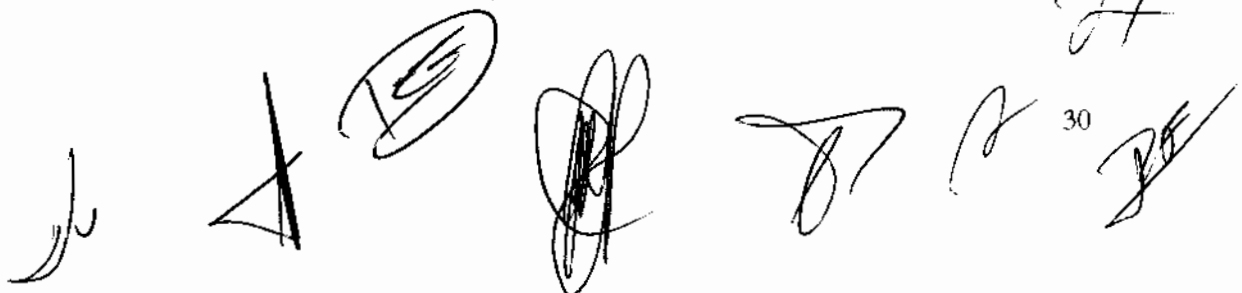
Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 11.1 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora");
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras completas da Solvi relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Solvi");
- (c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras completas da Essencis relativas ao respectivo exercício social encerrado ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Essencis");
- (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, cópia de suas informações semestrais relativas aos respectivos semestres, revisada internamente pela controladoria da Emissora ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Emissora", e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Emissora, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora");
- (e) nos mesmos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar;
- (f) na mesma data de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora, declaração de diretor estatutário da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'X' mark and the number '30'.

JUCESP  
07 06 13

- (g) no menor prazo possível, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requeira;
- (h) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere a alínea (b) acima, as rubricas necessárias à verificação do Índice Financeiro de que trata a alínea (q) da Cláusula 6.1.2, acompanhadas de demonstração do cálculo do Índice Financeiro realizado pela Emissora; e
- (j) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere a alínea (c) acima, as rubricas necessárias à verificação do índice financeiro de que trata a Cláusula 3.8.3 acima, acompanhadas de demonstração do cálculo do respectivo índice realizado pela Emissora.

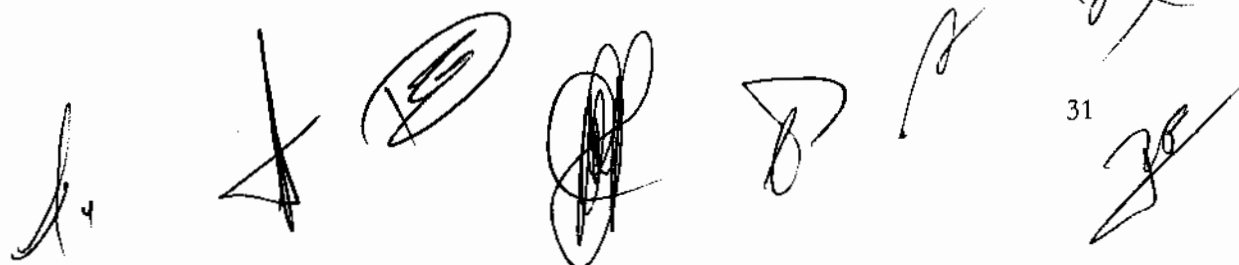
7.1.1.1. A Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários relacionados à Emissão e necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

7.1.1.2. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476.

7.1.3 Atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;



31

JUCESP  
07 06 13

- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

7.1.4. Enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (c) e (f) da Cláusula 7.1.3 acima e (ii) documentos e informações exigidos no prazo estipulado pela CETIP.

7.1.5. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

7.1.6. Convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.1.7. Cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas.

7.1.8. Manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

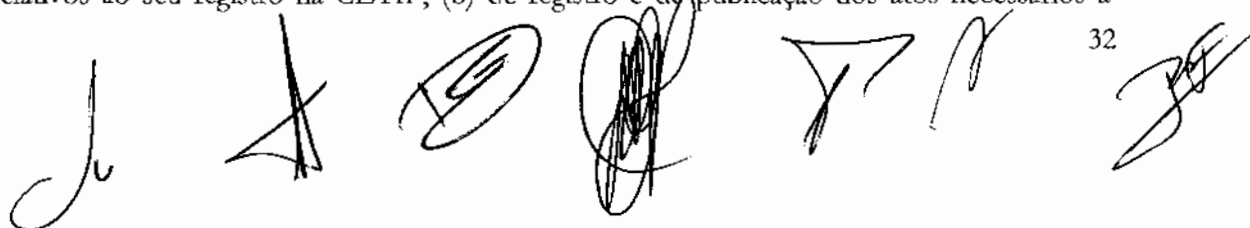
7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.10. Manter seus bens adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme suas práticas usualmente adotadas.

7.1.11. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das suas atividades, gerando um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido).

7.1.12. Efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP.

7.1.13. Arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à



32



JUCESP  
07 06 13

Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

7.1.14. Efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade.

7.1.15. Contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures.

7.1.16. Apresentar ao público, nos prazos exigidos pelas leis e regulamentação em vigor, as decisões tomadas com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM.

7.1.17. Até o encerramento da Oferta, comunicar aos Debenturistas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas.

7.1.18. Respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental").

7.1.19. Cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como adotar medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

7.1.20. Observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

7.1.21. A Emissora (ou sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora) desde já se obriga a restringir os seus desembolsos inerentes a investimentos de bens de capital (CAPEX) em valor igual ou inferior a R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) por exercício social, enquanto a relação Dívida Líquida/EBITDA Consolidado da Solvi for maior do que: (a) 2,9 vezes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (b) 2,75 vezes, para os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2015, inclusive; devendo tal índice ser apurado ao término de cada exercício social, sendo que o primeiro acompanhamento, pelo Agente Fiduciário, da obrigação aqui referida, será realizado até 15 de abril de 2015 tomando-se por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Solvi referentes ao exercício social encerrado em 31 de

JUCESP  
07 06 13

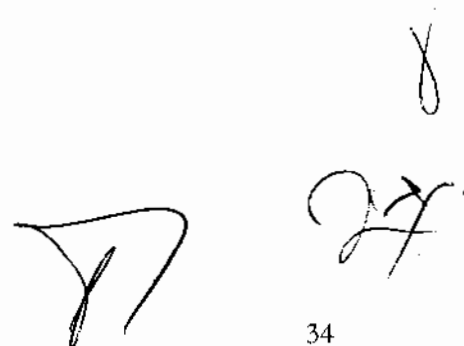
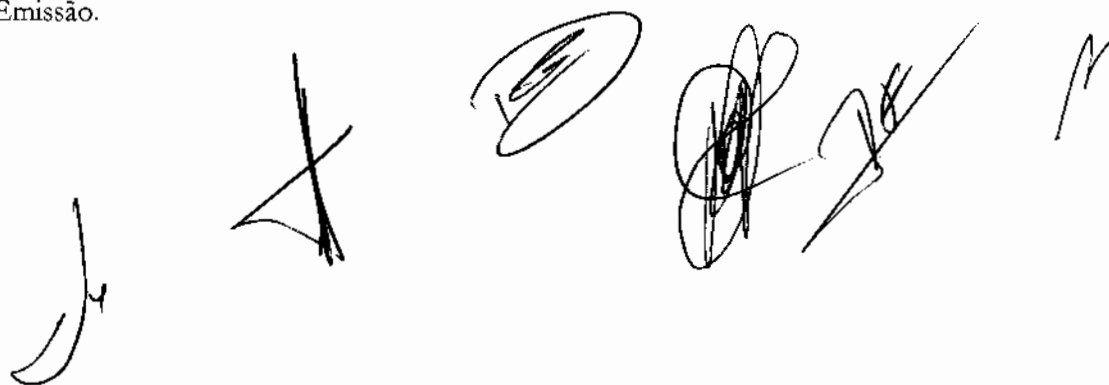
dezembro de 2014 e assim sucessivamente, bem como o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção da relação Dívida Líquida/EBITDA Consolidado da Emissora, cálculo este feito pela Emissora com base em referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Solvi.

Para fins desta Escritura de Emissão, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Líquida”: significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Solvi (ou para fins da Cláusula 3.8.3, da Essencis) de cada exercício social, (a) o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras) desoneradas e não vinculadas; e

“EBITDA”: significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Solvi (ou para fins da Cláusula 3.8.3, da Essencis) de cada exercício social, o lucro ou o prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização, bem como subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas relativas a variações no valor justo de propriedades.

7.2. Para fins desta Escritura, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras de cumprir com suas obrigações decorrentes da Emissão.



JUCESP  
07 06 13

**CLÁUSULA VIII**  
**AGENTE FIDUCIÁRIO**

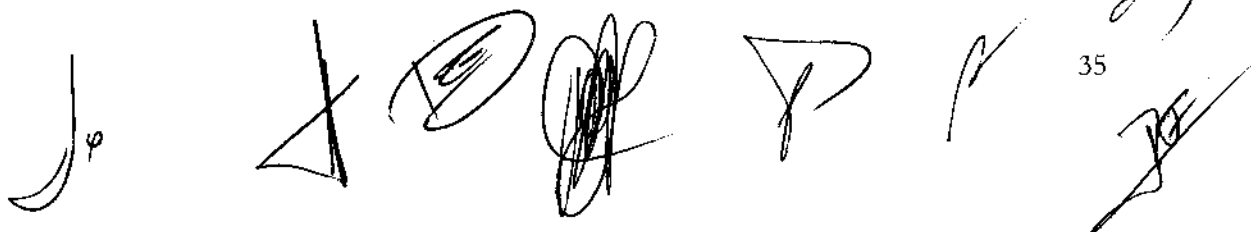
**8.1. Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário dos Debenturistas, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

**8.2. Declaração**

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



35

DUCE SP  
07 08 13

- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que não atua, nesta data, como agente fiduciário em emissões de debêntures de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora; e
- (m) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

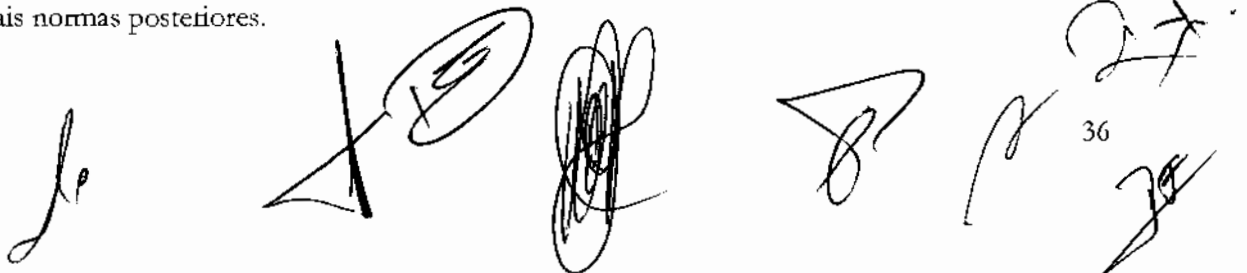
8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

### 8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.



36

JUCESP  
07 06 13

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivada na Junta Comercial e registrada nos competentes Cartórios de RTD.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

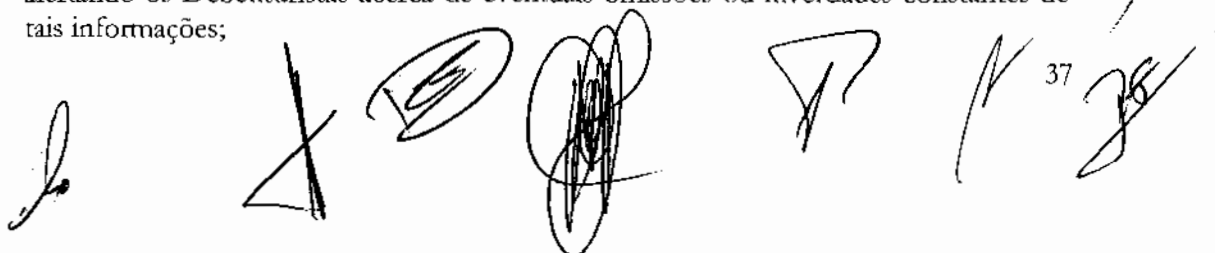
8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

#### 8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

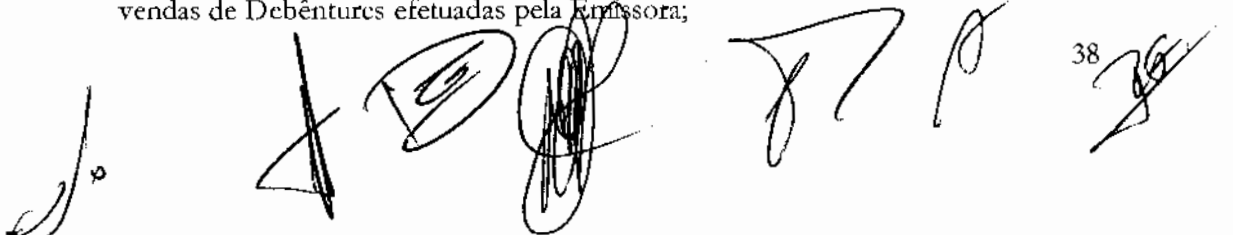
- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, a signature on the right, and a signature on the far right with the number 37 next to it.

JUCESP  
07 06 13

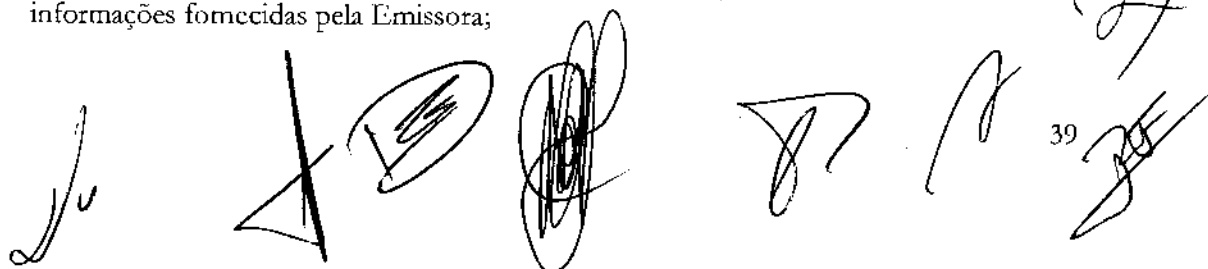
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - m.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
  - m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - m.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



38

JUCESP  
07 06 13

- m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
- m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1) na sede da Emissora;
- n.2) na sede do Agente Fiduciário;
- n.3) na CVM;
- n.4) na CETIP; e
- n.5) no endereço da instituição financeira que atuou como Coordenador Líder na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) coordenar o resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;



39

JUCESP  
07 06 13

- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento; e
- (u) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

### 8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

### 8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, o correspondente a uma remuneração anual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 10º (décimo) Dia Útil após a assinatura desta Escritura, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento das Debêntures, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.



40



JUCESP  
07 06 13

8.6.2. As parcelas citadas na Cláusula 8.6.1 acima serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.6.3. A remuneração citada na Cláusula 8.6.1 acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.5. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui o pagamento de honorários a terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários acima dispostos.

8.6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.6.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles



JUCESP  
07 06 13

relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

#### 8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

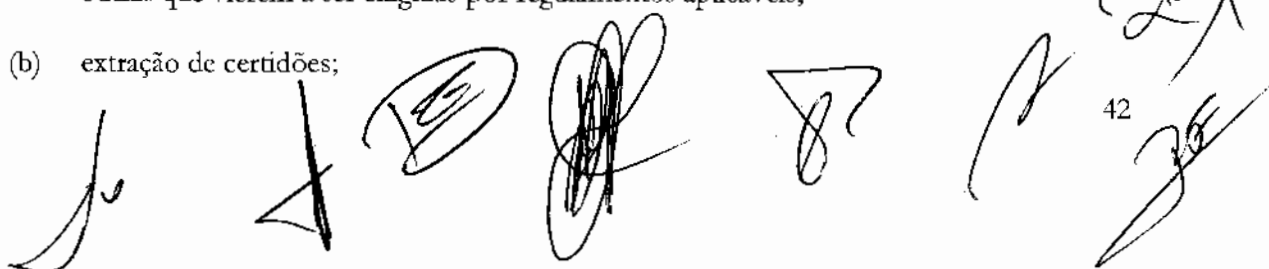
8.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da presente operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora, mediante comprovação das despesas incorridas.

8.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrente de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;



42

JUCESP  
07 06 13

- (c) ligações telefônicas;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas cláusulas 8.7.3 e 8.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

## CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

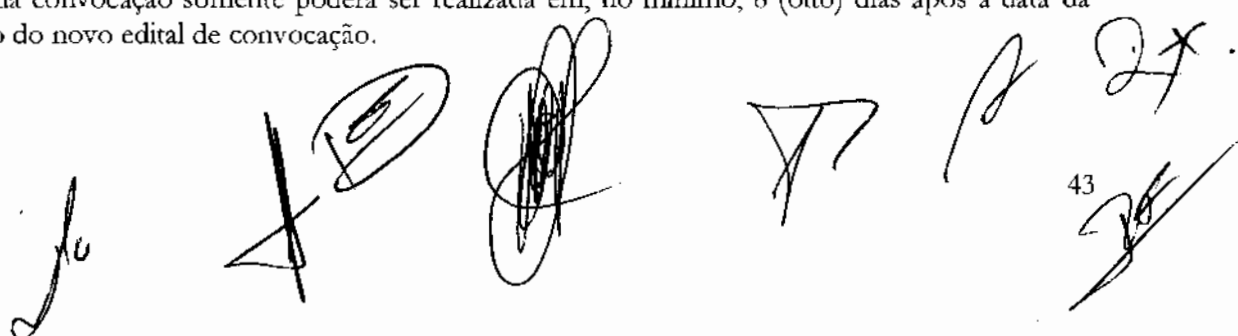
As assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais" ou, individualmente, "Assembleia Geral") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 9.1. Convocação

9.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas da Primeira Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, por Debenturistas da Segunda Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, ou pela CVM. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and several initials on the right. The number 43 is written near the bottom right corner.

JUCESP  
07 05 13

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

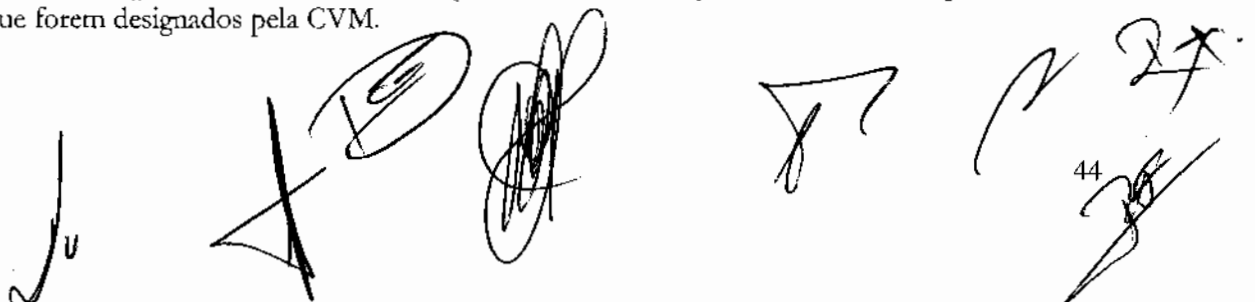
## 9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ao), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, e/ou no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum para quaisquer das séries.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. Adicionalmente, entende-se como "Debêntures da Segunda Série em Circulação" todas as Debêntures da Segunda Série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau. As Debêntures da Primeira Série em Circulação, em conjunto com as Debêntures da Segunda Série em Circulação, são denominadas "Debêntures em Circulação".

## 9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes do Agente Fiduciário, ou aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'X' and a signature with the number '44' below it.

JUCESP  
07 06 13

#### 9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures da respectiva série em Circulação.

9.4.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura, as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração das Debêntures, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) dos Eventos de Inadimplemento, (vi) das Garantias, e/ou (vii) dos *quora* de deliberação e dos termos e condições previstos nesta Cláusula Nona dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures da respectiva série em Circulação.

9.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

9.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

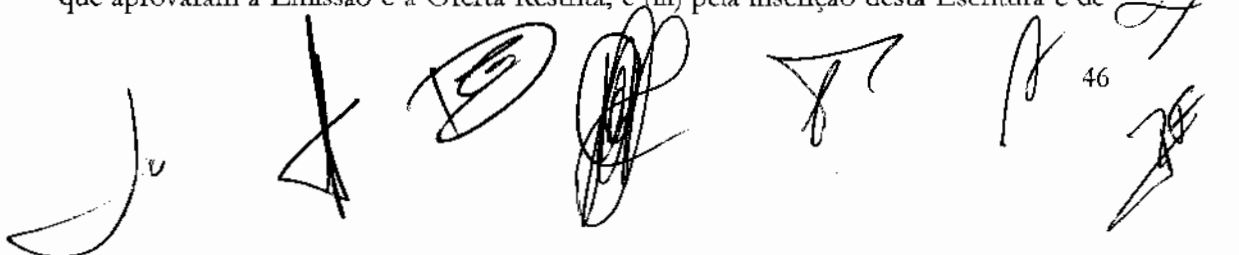
10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Colocação, o Contrato de Alienação Fiduciária e no Contrato de Conta Vinculada e a cumprir com todas as obrigações nestes previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Conta Vinculada, e o cumprimento das obrigações

JUCESP  
07 06 13

previstas em tais instrumentos não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (f) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aqueles constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (i) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- (k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao Cetip21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na Junta Comercial, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; e (iii) pela inscrição desta Escritura e de

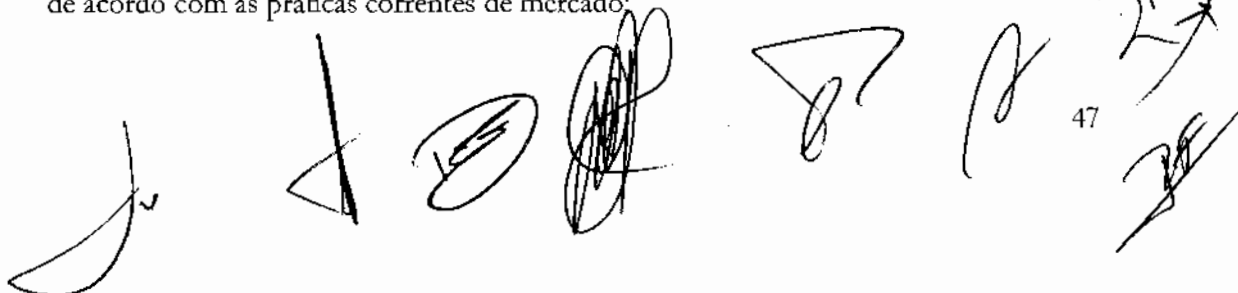


46

JUCESP  
07 06 13

seus aditamentos perante a Junta Comercial e os competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

- (n) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2012, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e os resultados operacionais da Emissora referentes ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que foram aplicados de maneira consistente no período envolvido, e desde a data das demonstrações financeiras, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (o) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de obtenção (desde que a Emissora esteja de posse do respectivo pedido de autorização ou licença) ou de renovação;
- (p) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (q) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (r) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;



47

JUCESP  
07 06 13

- (s) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora; e
- (t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

10.2. Cada uma das Garantidoras declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, a prestar a Garantia Fidejussória e a cumprir com todas as obrigações nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer de seus ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigações legalmente válidas e vinculantes, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (f) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aqueles constantes de suas demonstrações financeiras;
- (g) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de seu conhecimento, que possa vir a



JUCESP  
07 06 13

afetar de forma material sua capacidade de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes de suas demonstrações financeiras;

- (h) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (i) seus balanços patrimoniais auditados e datados de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, bem como aqueles referentes ao período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2012 (conforme aplicável), em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado apresentam de maneira adequada sua situação financeira nas aludidas datas e os resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo as Garantidoras fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para as Garantidoras e não houve qualquer aumento substancial do endividamento das Garantidoras;
- (j) possui todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data as Garantidoras não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais as Garantidoras possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de obtenção (desde que a Garantidora esteja de posse do respectivo pedido de autorização ou licença) ou de renovação;
- (k) preparou ou entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com seu conhecimento devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Garantidora ou, ainda, impostas a elas ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Garantidora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;

JUCESP  
07 08 13

- (l) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente sua capacidade de cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura; e
- (m) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme as práticas correntes de mercado.

## CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

### 11.1. Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS**

Rua Bela Cintra, nº 967, 10º andar, Consolação

01415-000 – São Paulo, SP

At.: Sr. Celso Pedroso

Tel.: (11) 3124-3508

Fax: (11) 3124-3624

E-mail: cpedroso@solvi.com

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04 – Barra da Tijuca

22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

**Para o Banco Liquidante:**

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setubal

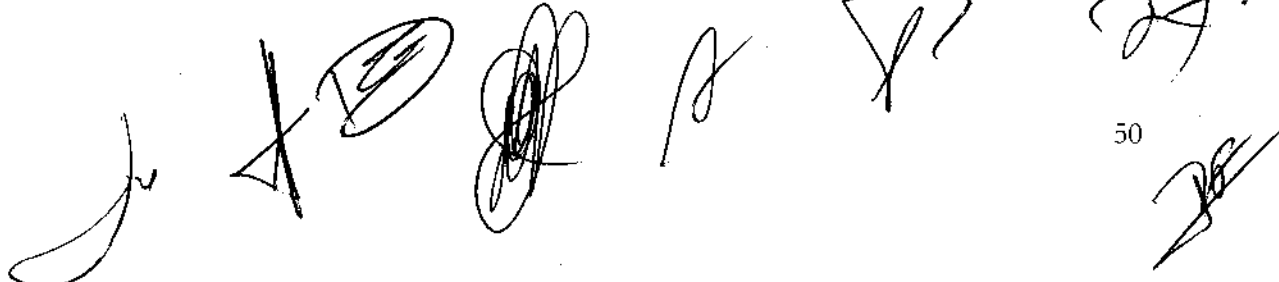
04344-902 – São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br



50

JUCESP  
07 06 13

**Para o Escriturador Mandatário:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

04538-152 – São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando aplicável, os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

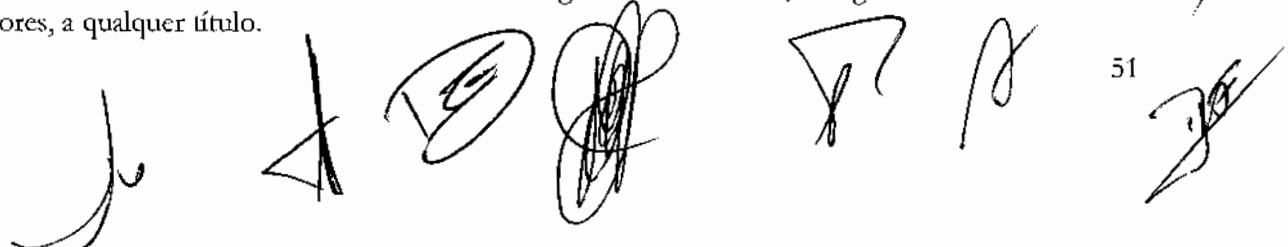
**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**11.3. Custos de Registro**

11.3.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.4. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.



51

JUCESP  
07 06 13

11.4.1. Caso ocorra qualquer Evento de Reorganização envolvendo a Emissora, a Emissora e as Garantidoras desde já garantem ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder. Neste sentido, a Emissora e as Garantidoras garantem, ainda, que a Alienação Fiduciária de Ações Detidas pela Emissora permanecerá em vigor e a sociedade sucessora da Emissora assumirá todos os direitos e obrigações da Emissora no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária.

11.5. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.7. Os prazos estabelecidos nesta Escritura serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.8. Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por meio de aditamento assinado por todas as Partes.

#### 11.9. Lei Aplicável

11.9.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

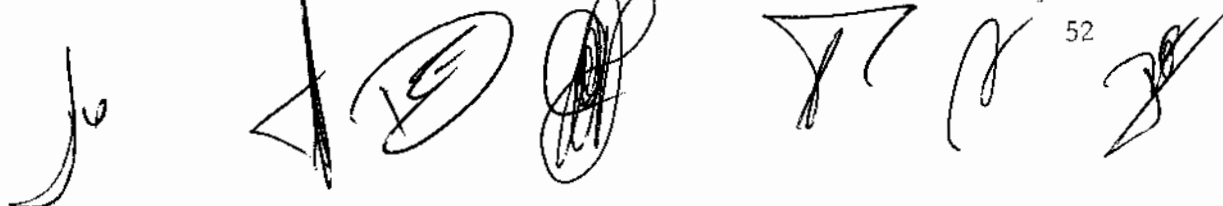
#### 11.10. Foro

11.10.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 29 de maio de 2013.

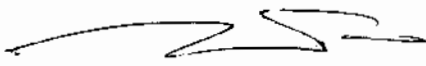
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.]



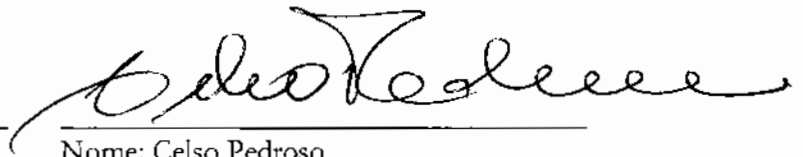
JUCESP  
07 06 13

*(Página de assinaturas 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Projetos Ambientais, datado de 29 de maio de 2013)*

**COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS**



Nome: Carlos Leal Villa  
Cargo: Diretor Presidente



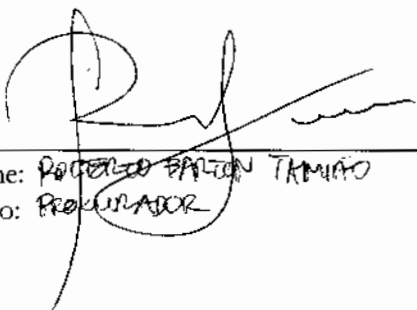
Nome: Celso Pedroso  
Cargo: Diretor



DUCE SP  
07 06 13

*(Página de assinaturas 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Retil e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Projetos Ambientais, datado de 29 de maio de 2013)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**



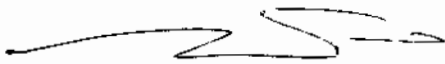
Nome: ROBERTO BARÃO TAMAYO  
Cargo: PROCURADOR



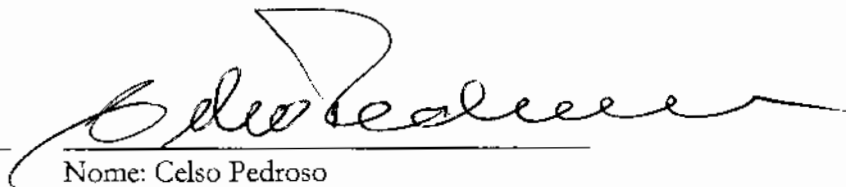
JUCESP  
07 06 13

*(Página de assinaturas 3/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Projetos Ambientais, datado de 29 de maio de 2013)*

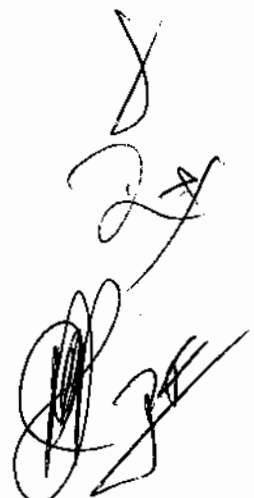
**SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**



Nome: Carlos Leal Villa  
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Celso Pedroso  
Cargo: Diretor Financeiro

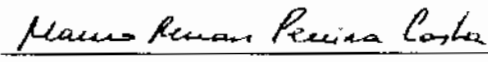


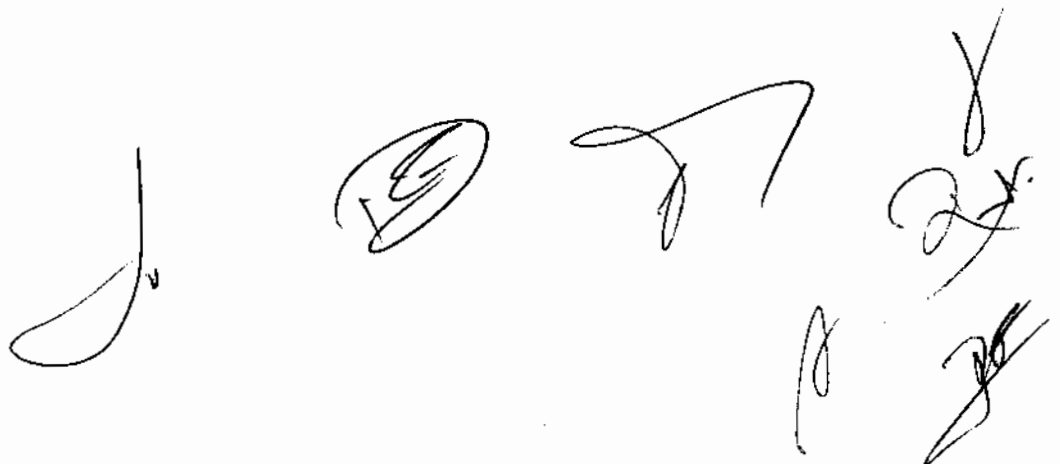
JUCESP  
07 06 13

*(Página de assinaturas 4/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Projetos Ambientais, datado de 29 de maio de 2013)*

**GRI GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.**

  
Nome: Cito Cambi Gouveia  
Cargo: Diretor Presidente

  
Nome: Mauro Renan Pereira Costa  
Cargo: Administrador Executivo

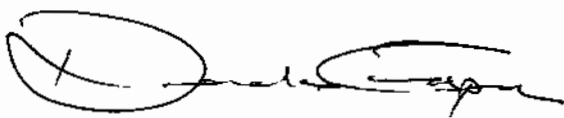




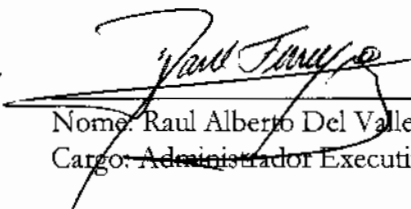
JUCESP  
07 06 13

(Página de assinaturas 5/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Projetos Ambientais, datado de 29 de maio de 2013)

KOLETA AMBIENTAL LTDA.

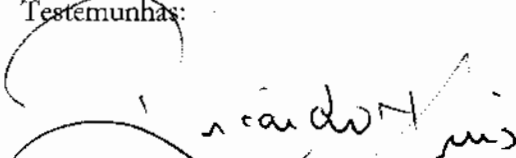


Nome: Ronaldo Gaspar  
Cargo: Diretor Presidente

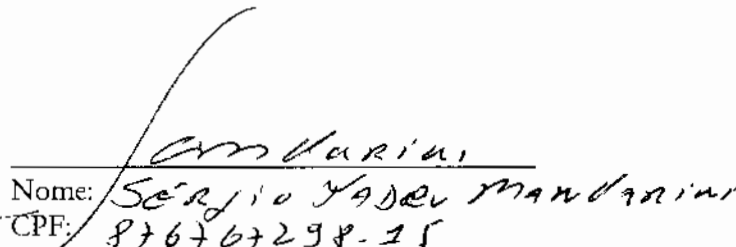


Nome: Raul Alberto Del Valle Ferreyra  
Cargo: Administrador Executivo

Testemunhas:



Nome: Ricardo Wagner Luiz  
CPF: 152.495-878-60



Nome: Sergio Yadel Mandarin  
CPF: 876767298-15

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEBÊNTURE  
CERTIFICOU O REGISTRO  
SOB O NÚMERO  
BISELA SIMILENA CESCHIN  
SECRETARIA GERAL

ED001177-0/000

